

## INDÚSTRIAS ROMI S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Indústrias Romi S.A. (“Companhia”), listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 23 de março de 2007, tem por objeto a produção e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados a produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por 11 fábricas, em 3 estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara D’Oeste, no Estado de São Paulo, e 2 na região de Turim, na Itália. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

#### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09;
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

## 2.1. Alterações nas práticas contábeis brasileiras - aplicáveis ao individual

A Administração da Companhia decidiu, conforme facultado pelo órgão regulador, adotar antecipadamente os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, esses pronunciamentos foram aplicados em 31 de dezembro de 2009.

O seguinte novo pronunciamento foi emitido e resultou em impactos nas demonstrações financeiras:

- CPC 43 - Adoção Inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41; revisão aprovada pela Deliberação nº 651/10 de 3 de Dezembro de 2010.

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos em 2010 e, embora aplicáveis à Companhia, não resultaram em impactos nas demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial:

- CPC 01 - Redução do valor recuperável; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 639 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 641 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; revisão aprovada pela Deliberação nº 647 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 04R - Ativo intangível; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 644 de 2 de dezembro de 2010.
- CPC 05R - Divulgação de partes relacionadas; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 642 de 7 de outubro de 2010.
- CPC 08R - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; revisão aprovada pela Deliberação CVM nº 649 de 16 de dezembro de 2010.
- CPC 41 - Resultado por Ação; aprovado pela Deliberação CVM nº 636 de 6 de agosto de 2010.

A seguir estão apresentados os principais efeitos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, controladora e consolidado, decorrentes da adoção antecipada dos CPCs:

### Patrimônio líquido

	<u>Controladora</u> <u>2009</u>	<u>Consolidado</u> <u>2009</u>
Patrimônio líquido publicado	682.875	682.875
Descrição dos ajustes para as novas práticas:		
Amortização do intangível oriundo da aquisição da JAC Indústria Metalúrgica	(332)	(332)
Impostos diferidos referentes à amortização do intangível	<u>113</u>	<u>113</u>
Patrimônio líquido ajustado	<u>682.656</u>	<u>682.656</u>

Resultado do exercício

	<u>Controladora</u> <u>2009</u>	<u>Consolidado</u> <u>2009</u>
Lucro líquido publicado (antes da participação dos acionistas não controladores)	12.101	13.027
Descrição dos ajustes para nova prática:		
Amortização do intangível oriundo da aquisição da JAC Indústria Metalúrgica	(332)	(332)
Impostos diferidos referentes à amortização do intangível	<u>113</u>	<u>113</u>
Lucro líquido antes da participação dos acionistas não controladores	11.882	12.808
Participação minoritária	<u>-</u>	<u>(926)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>11.882</u>	<u>11.882</u>

Fluxo de caixa

	<u>Controladora - 2009</u>		
	<u>Publicado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado:			
Lucro líquido do exercício	12.101	(219)	11.882
Depreciação e amortização	18.563	332	18.895
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(550)	(113)	(663)
Outros ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado	39.666	-	39.666
Atividades operacionais	158.126	-	158.126
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(81.754)	-	(81.754)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	6.960	-	6.960
	<u>Consolidado - 2009</u>		
	<u>Publicado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado:			
Lucro líquido do exercício	13.027	(219)	12.808
Depreciação e amortização	19.618	332	19.950
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	1.841	(113)	1.728
Outros ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado	15.699	-	15.699
Atividades operacionais	136.578	-	136.578
Fluxo de caixa das atividades de investimento	46.495	-	46.495
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	3.331	-	3.331

## 2.2. Alterações nas práticas contábeis internacionais - aplicáveis ao consolidado

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novos e revisados apresentados a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. As novas normas, interpretações e revisões ainda não editadas pelo CPC estão apresentadas a seguir:

- IAS 12, Impostos diferidos, efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011.

- IAS 32, Classificação de direitos, efetivo para o períodos iniciados em fevereiro de 2010.
- IFRS 1 (emenda). “Adoção Inicial” efetivo para exercícios com início em 1º de janeiro de 2011.
- IFRS 9, Instrumentos financeiros, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 14 (emenda) Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento, efetivo para os exercícios com início em 1º de janeiro de 2011.

### 2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos CPCs 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 2.1.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes:

### 2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando:

A moeda:

- i. Que mais influencia os preços de bens e serviços (geralmente, será a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e acertado).
- ii. Do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços.
- iii. Que mais influencia mão de obra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente será a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- iv. Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).
- v. Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais.

Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior:

- a) Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia. Um exemplo da extensão é quando uma entidade no exterior que vende somente produtos importados da Companhia e remete para esta o resultado das transações. Um exemplo de uma entidade no exterior autônoma é quando esta acumula caixa e outros itens monetários, incorre em despesas, gera receitas e obtém empréstimos, todos substancialmente na moeda local do país onde ela opera;
- b) Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;
- c) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa a esta;
- d) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

b) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência;
- iii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iv. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Outros Resultados abrangentes”.

## 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

## 2.6. Ativos financeiros

Os investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação em que a compra ou venda de um investimento está sob um contrato cujos termos requerem entrega do investimento dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence, e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos transacionais, exceto pelos ativos financeiros avaliados ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

### Método dos juros efetivos

O método dos juros efetivos é um método de cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocação da receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor.

### Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros ou perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente a variação originada em sua mensuração ou reconhecimento.
- O ativo financeiro for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentado pela Companhia e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Ativos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 22.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não possui saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

#### Empréstimos e recebíveis

A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, valores a receber - Repasse FINAME Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis são passivos e ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). Receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

#### Deterioração dos ativos financeiros (“Impairment”)

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

Evidência objetiva de impairment poderia incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; ou
- Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e valores a receber - repasse Finame Fabricante, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do “impairment” corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por “impairment” para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, caso em que o valor é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando uma duplicata a receber é considerada irrecuperável, ela é baixada contra a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros e perdas.

Para os ativos financeiros incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis, se em um período subsequente o montante da perda com “impairment” diminuir e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento do “impairment”, a perda com “impairment” anteriormente reconhecida é revertida através de lucros e perdas, limitada ao que teria sido o valor do custo amortizado se o “impairment” não tivesse sido reconhecido.

#### Não reconhecimento de ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que teria de pagar. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

### 2.7. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio (“capital social”) emitidos pela Companhia

#### Classificação como passivos financeiros e capital social

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual.



### Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

### Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo maior valor entre o montante da obrigação do contrato e o montante inicialmente reconhecido deduzido, quando aplicável, pela amortização acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita definida.

### Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo através de lucros e perdas ou como outros passivos financeiros.

### Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente a variação na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- O passivo financeiro compor parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou de ambos, o qual é administrado e cujo desempenho seja avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia e as informações sobre esse grupo de ativos sejam fornecidas nessa base internamente.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme a nota explicativa nº 22.

#### Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

A Companhia não reconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas.

### 2.8. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.

### 2.9. Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

## 2.10. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da capacidade de recuperação dos ativos de vida longa e determinar o tamanho dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável corresponde ao valor justo menos os custos da alienação ou o valor de uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente do tempo, valor do dinheiro e riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for calculado para ser menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável pode aumentar no futuro requerendo um estorno da perda por “*impairment*” reconhecida no passado. Quando a perda por “*impairment*” é revertida subsequentemente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por “*impairment*” tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por “*impairment*”, se houver, é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.11. Ajuste ao valor presente

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de duplicatas a receber e fornecedores. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício, na rubrica de “Resultado financeiro”.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10,5% ao ano, a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - “ANBID”.

## 2.12. Investimentos e intangível

Os investimentos relevantes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações individuais, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura (“goodwill”) e é apresentado na rubrica “Intangível”.

Para fins de teste de recuperação no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Anualmente é realizado o teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

## 2.13. Tributação

### 2.13.1. Tributo corrente

O tributo corrente a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço.

### 2.13.2. Tributo diferido

O tributo diferido é reconhecido nas diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e das bases de cálculo de apuração do lucro tributável e é contabilizado pelo método do passivo no balanço patrimonial. O passivo fiscal diferido é geralmente reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis e o ativo fiscal diferido é geralmente reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que o lucro tributável contra o qual tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas estará disponível.

O passivo fiscal diferido associado a investimentos em subsidiárias é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão da diferença temporária e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. O ativo fiscal diferido oriundo de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos somente será reconhecido quando for provável que haverá lucro tributável suficiente contra o qual serão utilizados os benefícios das diferenças temporárias e quando for provável sua reversão em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e reduzido quando não for mais provável que o lucro tributável estará disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no período em que o passivo for pago ou o ativo for realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) em vigor na data do balanço. A mensuração dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante e quando eles estão relacionados ao imposto de renda incidente pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais circulantes.

#### 2.13.3. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando relacionados a itens creditados ou debitados diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.14. Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontra-se descrita nas notas explicativas 14 e 20.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia.

## 2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

## 2.16. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o Imposto de Renda Retido na Fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração.

## 2.17. Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos.
- O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.

Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

## 2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

### Garantias

A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

## 2.19. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

Práticas contábeis críticas são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras:

### a) Imposto de renda diferido

O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

b) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos.

2.20. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, a saber:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Objetivo principal</u>
Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor”)	Brasil	Empreendimentos e participações em geral
Romi Machine Tools, Ltd. (“Romi Machine Tools”)	Estados Unidos da América	Distribuição de máquinas-ferramenta, fundidos e usinados para a América do Norte
Interocean Comércio Importadora e Exportadora S.A. (“Interocean”)	Brasil	“Trading” inativa nos períodos apresentados
Romi A.L. S.A. (“Romi A.L.”) - anteriormente denominada Favel S.A.	Uruguai	Representação comercial para a América Latina



Indústrias Romi S.A. e Controladas

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Objetivo principal</u>
Helen Acquisition Corp.	Estados Unidos da América	Holding não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades.
Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania
Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Desenvolvimento de projetos, produção, venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-primas plásticas
Controladas da Romi Itália:		
Sandretto UK Ltd.	Reino Unido	Distribuição de máquinas para plásticos e serviços de peças de reposição
Sandretto Industries S.A.S.	França	
Metalmecanica Plast B.V.	Holanda	
Italprensas Sandretto S.A.	Espanha	

Os saldos sintéticos de balanço, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, das principais rubricas das demonstrações financeiras das controladas consolidadas são demonstrados no quadro a seguir. As demonstrações financeiras das controladas Romi Machine Tools, Interocéan, Romi Europa e Romi A.L. não estão apresentadas, devido à irrelevância dos saldos.

	Helen <u>Acquisition Corp.</u>	<u>Romi Itália e controladas</u>		<u>Rominor</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Ativo:					
Circulante	153.792	46.869	50.587	25.602	26.475
Não circulante	-	14.246	15.885	6.245	6.300
Total do ativo	<u>153.792</u>	<u>61.115</u>	<u>66.472</u>	<u>31.847</u>	<u>32.775</u>
Passivo:					
Circulante	156	20.906	24.764	3.338	3.944
Não circulante	-	13.409	7.139	-	-
Patrimônio líquido	<u>153.636</u>	<u>26.800</u>	<u>34.569</u>	<u>28.509</u>	<u>28.831</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>153.792</u>	<u>61.115</u>	<u>66.472</u>	<u>31.847</u>	<u>32.775</u>
Receita operacional, líquida dos impostos	-	35.231	31.424	12.182	13.541
Lucro bruto	-	5.420	6.891	12.112	13.469
Lucro (prejuízo) operacional	550	(11.978)	(14.253)	13.927	15.825
Resultado antes dos impostos	550	(11.978)	(14.253)	13.927	15.825
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	387	(12.002)	(14.257)	11.856	13.374

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 das controladas localizadas no exterior, preparadas nas mesmas datas-base das demonstrações financeiras da controladora, foram ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável.

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as Companhias, através dos seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as consolidadas.
- Quando significativos, eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Companhias.

- c) Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- d) Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias.
- e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Caixa	3.565	3.841	9.792	9.219
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	41.078	150.990	52.099	161.644
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	13.616	38.416	27.771	53.594
"Time deposit" (b)	2.271	-	157.109	-
Outros	<u>157</u>	<u>-</u>	<u>164</u>	<u>1.456</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>60.687</u>	<u>193.247</u>	<u>246.935</u>	<u>225.913</u>

- (a) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Esses ativos possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Essas aplicações financeiras são efetuadas em dólares norte-americanos com rentabilidade de 0,16% a 0,20%, na controladora, e 0,40% a 0,83% ao ano, no consolidado, prefixados. Essas aplicações financeiras possuem como objetivo a proteção do capital em relação à variação cambial, em um eventual processo de aquisição no exterior.

Os saldos de aplicações financeiras na controladora reduziram significativamente em relação a 31 de dezembro de 2009, uma vez que a Companhia aumentou o capital social da controlada integral Helen Acquisition Corp, através da transferência de titularidade das suas aplicações financeiras em moeda estrangeira e remessa de numerários, em abril de 2010, no valor total de R\$ 165.715 (US\$ 92 milhões)

#### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Circulante:				
Clientes no País	73.403	57.465	74.641	57.722
Clientes no exterior	4.295	7.576	14.601	22.869
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.607)</u>	<u>(248)</u>	<u>(1.878)</u>	<u>(587)</u>
Total	<u>76.091</u>	<u>64.793</u>	<u>87.364</u>	<u>80.004</u>
Não circulante:				
Clientes no País	13.588	3.448	13.588	3.448
Clientes no exterior	<u>956</u>	<u>1.020</u>	<u>956</u>	<u>1.020</u>
Total	<u>14.544</u>	<u>4.468</u>	<u>14.544</u>	<u>4.468</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o saldo das duplicatas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das duplicatas e dos valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, como segue: (a) montantes de até R\$ 5, vencidos acima de 180 dias; (b) montantes entre R\$ 6 e R\$ 30 (sem cobrança judicial), vencidos acima de 360 dias; e (c) montantes acima de R\$ 30 (com cobrança judicial), vencidos acima de 360 dias. Para todas essas situações, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso.

A Companhia possui R\$ 5.289 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 9.751 em 31 de dezembro de 2009) em operações de “vendedor” com seus clientes. Nessas operações, a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financiador. O saldo de duplicatas a receber é apresentado líquido das operações de “vendedor”.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no País em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Valores a vencer	66.067	48.073
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.906	5.415
De 31 a 60 dias	420	732
De 61 a 90 dias	1.889	220
De 91 a 180 dias	452	1.002
De 181 a 360 dias	428	1.137
Mais de 360 dias	<u>1.241</u>	<u>886</u>
	7.336	9.392
Total - circulante (controladora)	<u>73.403</u>	<u>57.465</u>
Saldo das controladas	<u>1.238</u>	<u>257</u>
Total - circulante (consolidado)	<u>74.641</u>	<u>57.722</u>

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	<u>31/12/10</u>		<u>31/12/09</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Valores a vencer	3.444	10.226	5.748	17.887
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	627	1.695	668	2.217
De 31 a 60 dias	32	174	992	1.187
De 61 a 90 dias	-	214	18	95
De 91 a 180 dias	27	362	35	421
De 181 a 360 dias	101	131	102	256
Mais de 360 dias	<u>64</u>	<u>1.799</u>	<u>13</u>	<u>806</u>
	851	4.375	1.828	4.982
Total das duplicatas a receber - circulante	<u>4.295</u>	<u>14.601</u>	<u>7.576</u>	<u>22.869</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - controladora	248
Créditos provisionados no exercício	1.387
Créditos baixados definitivamente da posição	<u>(28)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - controladora	1.607
Créditos provisionados no exercício - controladas	<u>271</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - consolidado	<u>1.878</u>

#### 6. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Circulante:		
FINAME a vencer	317.058	291.063
FINAME aguardando liberação (a)	5.163	10.835
FINAME em atraso (b)	36.665	40.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.951)</u>	<u>(4.069)</u>
	350.935	338.086
Não circulante:		
FINAME a vencer	469.127	412.728
FINAME aguardando liberação (a)	<u>30.976</u>	<u>65.009</u>
	500.103	477.737
Total	<u>858.989</u>	<u>819.892</u>

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 13).

FINAME Fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência, sobre os quais incidem os seguintes juros: (a) entre 4,0% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJLP; (b) 4,5% ao ano, prefixados, conforme Circular nº 79, de 10 de julho de 2009, para as operações efetuadas entre 27 de julho de 2009 e 30 de junho de 2010; e (c) 5,5% ao ano, prefixados, conforme Circular nº 27, de 27 de maio de 2010, para as operações efetuadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011. As condições de financiamento estabelecidas pelo BNDES são baseadas nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular do BNDES nº 195, de 28 de julho de 2006, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos saldos a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são representados por:

- (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.
- (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo, por possuir reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real) e, portanto, acreditar que, em eventual execução dessa garantia real, o montante seria suficiente para cobrir o total devido pelos clientes. Para os casos em que houve deterioração do valor do bem em relação ao valor da dívida e nas situações em que o bem não tenha sido localizado, provisões para perda são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Valores a vencer	322.221	301.898
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.734	5.122
De 31 a 60 dias	3.742	3.335
De 61 a 90 dias	3.397	2.772
De 91 a 180 dias	6.250	7.634
De 181 a 360 dias	8.021	14.452
Mais de 360 dias	<u>9.521</u>	<u>6.942</u>
	36.665	40.257
Total - circulante	<u>358.886</u>	<u>342.155</u>

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>
A vencer:	
2011	-
2012	250.765
2013	173.551
2014	73.241
2015 e após	<u>2.546</u>
Total - não circulante	<u>500.103</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.069
Créditos provisionados no exercício	3.882
Créditos baixados definitivamente da posição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.951

## 7. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Produtos acabados	61.036	72.933	80.209	93.114
Produtos em elaboração	90.155	74.995	94.771	79.444
Matéria-prima e componentes	72.745	55.742	84.078	69.542
Importações em andamento	<u>4.287</u>	<u>1.551</u>	<u>4.402</u>	<u>1.551</u>
Total	<u>228.223</u>	<u>205.221</u>	<u>263.460</u>	<u>243.651</u>

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2010, estão líquidos dos montantes de R\$ 17.633 e R\$ 23.766, respectivamente (R\$ 20.242 e R\$ 26.982 em 31 de dezembro de 2009, respectivamente) referente à provisão para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização.

A movimentação da provisão para realização dos estoques e ajuste ao valor realizável líquido, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
<u>Controladora</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.242
Estoques vendidos ou baixados permanentemente da provisão	(12.529)
Constituição da provisão	<u>9.920</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.633
<u>Controladas</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.740
Estoques vendidos ou baixados permanentemente	(899)
Constituição da provisão	<u>(292)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.133
<u>Consolidado</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>23.766</u>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Circulante:				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre as aplicações financeiras	186	702	511	991
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	4.199	3.599	4.199	3.599
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	3.975	4.032	3.975	4.032
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.222	5.450	3.222	5.450
Outros	<u>116</u>	<u>116</u>	<u>2.183</u>	<u>1.865</u>
Total	<u>11.698</u>	<u>13.899</u>	<u>14.090</u>	<u>15.937</u>
Não circulante:				
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.799	6.009	3.799	4.489
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.919	4.489	2.919	6.009
Impostos sobre o lucro a recuperar de empresas controladas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.225</u>	<u>3.628</u>
Total	<u>6.718</u>	<u>10.498</u>	<u>9.943</u>	<u>14.126</u>

Os impostos e as contribuições a recuperar decorrem das operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e por suas controladas e são realizáveis no curso normal das operações.

A expectativa de realização dos créditos classificados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado, está apresentada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	5.099	5.422
2013	1.158	1.803
2014	461	1.106
2015	-	645
2016	<u>-</u>	<u>968</u>
Total	<u>6.718</u>	<u>9.943</u>

## 9. INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL

	31/12/2010							
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Romi A.L.	Helen Acquisition Corp. (d)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000	78	13.028	100	-
Participação no capital social	99,999%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104	28.509	(2.561)	17	1.430	153.636	-
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2009	33.946	2.496	26.834	(2.182)	20	1.624	-	62.738
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.062)	(692)	-	135	-	(58)	(9.488)	(13.165)
Aumento de capital (b)	7.842	-	-	-	-	-	162.737	170.579
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(11.335)	-	-	-	-	(11.335)
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto de controlada	(12.002)	(624)	11.035	-	(3)	(136)	387	(1.343)
Provisão para passivo a descoberto de controlada	-	-	-	(514)	-	-	-	(514)
Ganho (perda) na variação da participação acionária	<u>76</u>	<u>(76)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor patrimonial equivalente - saldo final	<u>26.800</u>	<u>1.104</u>	<u>26.534</u>	<u>(2.561)</u>	<u>17</u>	<u>1.430</u>	<u>153.636</u>	<u>206.960</u>
Investimento em controladas	26.800	1.104	26.534	-	17	1.430	153.636	209.521
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	<u>2.017</u>
Total dos investimentos em controladas								<u>211.538</u>
Provisão para passivo a descoberto - controlada	-	-	-	(2.561)	-	-	-	(2.561)
Intangível:								
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	1.309
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor	-	-	-	-	-	-	-	1.041
Cessão de direitos sobre projetos - Lazzati	-	-	-	-	-	-	-	2.702
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.	-	-	-	-	-	-	-	<u>281</u>
Total do intangível - controladora								5.333
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	<u>2.017</u>
Total do intangível - consolidado								<u>7.350</u>



	31/12/09						
	Romi <u>Itália</u>	Romi <u>Europa</u>	<u>Rominor</u>	Romi Machine <u>Tools</u>	<u>Interocean</u>	<u>Romi A.L.</u>	<u>Total</u>
Investimentos:							
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000	78	13.028	-
Participação no capital social	98,2%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	34.569	2.496	28.831	(2.182)	20	1.624	-
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2008	20.988	4.737	34.049	182	22	2.376	62.354
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(8.495)	(1.375)	-	301	-	(554)	(10.123)
Aumento de capital (b)	35.263	-	-	-	-	-	35.263
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(19.661)	-	-	-	(19.661)
Equivalência patrimonial	(13.736)	(940)	12.446	-	(2)	(198)	(2.430)
Provisão para passivo a descoberto de controlada	-	-	-	(2.665)	-	-	(2.665)
Ganho (perda) na variação da participação acionária	<u>(74)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor patrimonial equivalente - saldo final	<u>33.946</u>	<u>2.496</u>	<u>26.834</u>	<u>(2.182)</u>	<u>20</u>	<u>1.624</u>	<u>-</u>
Investimento em controladas	33.946	2.496	26.834	-	20	1.624	64.920
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	<u>2.017</u>
Total dos investimentos em controladas							<u>66.937</u>
Provisão para passivo a descoberto - controlada	-	-	-	(2.182)	-	-	(2.182)
Intangível:							
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	1.963
Cessão de direitos sobre projetos	-	-	-	-	-	-	<u>1.695</u>
Total do intangível - controladora	-	-	-	-	-	-	3.658
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	<u>2.017</u>
Total do intangível - consolidado							<u>5.675</u>

- (a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.
- (b) Em 8 de dezembro de 2009, através da Ata RCA 24/09, foi aprovada pelo Conselho de Administração a capitalização do mútuo que a Companhia mantinha com a sua controlada Romi Itália, no valor de € 4.640 (equivalente a R\$ 11.591 na data da capitalização). Houve outros aumentos de capital durante o exercício de 2009, através do envio de numerários, que somados ao valor do aumento de capital decorrente do mútuo, totalizaram R\$ 35.263. Durante o exercício de 2010 houve vários aumentos de capital na Romi Itália, através do envio de numerários, que totalizaram € 3.621 (equivalente a R\$ 7.842 nas datas das capitalizações).
- (c) Dividendos distribuídos pela controlada Rominor, conforme Assembleia Geral Ordinária - AGO de 24 de março de 2009, no valor de R\$ 17.782, sendo R\$ 16.549 conforme a participação da Companhia, referente a lucros acumulados em exercícios anteriores. O valor de R\$ 3.343, sendo R\$ 3.112 conforme a participação da Companhia, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios propostos sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Em 2010, os dividendos distribuídos conforme a AGO de 15 de março de 2010, no valor de foram de R\$ 9.362, sendo R\$ 8.713 conforme a participação da Companhia, referente a lucros acumulados em exercícios anteriores. O valor de R\$ 2.815, sendo R\$ 2.622 conforme a participação da Companhia, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios propostos sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.
- (d) Refere-se ao aumento de capital da Helen Acquisition Corp. ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de abril de 2010, conforme Ata do Conselho de Administração da Helen Acquisition Corp., equivalente a US\$ 92 milhões.

## 10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Controladora - saldos do circulante e não circulante (ativo) e circulante (passivo)									
	Contas a receber		Mútuo a receber		Total a receber		Contas a pagar		Total a pagar	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Romi Europa	25	191	576	-	601	191	51	14	51	14
Rominor	2.621	3.112	-	-	2.621	3.112	91	94	91	94
Romi Itália	5.542	5.533	7.182	-	12.724	5.533	-	-	-	-
Romi Machine Tools	4.272	2.395	6.118	9.390	10.390	11.785	-	53	-	53
Interocean	6	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Romi A.L.	-	-	-	-	-	-	23	27	23	27
Total	<u>12.466</u>	<u>11.231</u>	<u>13.876</u>	<u>9.390</u>	<u>26.342</u>	<u>20.621</u>	<u>165</u>	<u>188</u>	<u>165</u>	<u>188</u>

  

	Controladora - transações					
	Vendas		Despesas operacionais		Receitas financeiras	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Romi Europa	194	191	468	946	-	-
Rominor	-	-	1.004	1.042	-	-
Romi Machine Tools	7.923	2.414	-	-	106	278
Romi Itália	691	840	-	-	125	327
Romi A.L.	-	-	169	399	-	-
Total	<u>8.808</u>	<u>3.445</u>	<u>1.641</u>	<u>2.387</u>	<u>231</u>	<u>605</u>

Os contratos de mútuo possuem prazos de vencimento predeterminados, são vencíveis no curto e longo prazos e são remunerados pela taxa LIBOR semestral mais juros de 1% ao ano e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e as controladas destinam-se, basicamente, a aumento de capital de giro para apoio financeiro a essas controladas.

A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de FINAME Fabricante, efetuadas pela controladora através da emissão de notas promissórias e avais (vide nota explicativa nº 13). A controladora possui, ainda, contratos de aluguel de imóveis com a Rominor, utilizados para sediar as operações das filiais de vendas espalhadas no território brasileiro.

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

## 11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

### a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado controladora:

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e pátios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Tecnologia da informação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	19.610	79.511	157.425	8.023	1.937	16.639	72.722	3.787	359.654
Adições	1	-	10.156	80	129	2.492	41.792	(398)	54.252
Alienações	(247)	(460)	(6.854)	(170)	(154)	(456)	(1.611)		(9.952)
Transferências	737	80.527	28.823	9	136	79	(110.186)		125
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.101	159.578	189.550	7.942	2.048	18.754	2.717	3.389	404.079
Adições	-	-	15.952	213	407	2.463	16.300	(2.552)	32.783
Alienações	(515)	(1.311)	(2.875)	(330)	(54)	(1.326)	(56)	-	(6.467)
Transferências		4.495	5.472	3	15	979	(10.964)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.586	162.762	208.099	7.828	2.416	20.870	7.997	837	430.395
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	22.333	91.134	4.944	1.352	9.583	-	-	129.346
Depreciação	-	4.278	11.317	451	302	2.215	-	-	18.563
Alienação	-	(15)	(5.907)	(160)	(154)	(391)	-	-	(6.627)
Transferências	-	2	100	-	23	-	-	-	125
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	26.598	96.644	5.235	1.523	11.407	-	-	141.407
Depreciação	-	7.102	11.473	445	274	2.413			21.707
Alienação	-	(548)	(2.296)	(324)	(51)	(1.319)			(4.538)
Transferências	-	-	92	3	(83)	(12)			-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	33.152	105.913	5.359	1.663	12.489	-	-	158.576
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	19.610	57.178	66.291	3.079	585	7.056	72.722	3.787	230.308
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.101	132.980	92.906	2.707	525	7.347	2.717	3.389	262.672
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.586	129.610	102.186	2.469	753	8.381	7.997	837	271.819

## b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado consolidado:

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e pátios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Tecnologia da informação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	27.255	94.917	163.307	9.159	3.327	18.429	72.983	3.787	393.164
Adições	1	85	10.684	104	19	2.629	41.531	(398)	54.655
Alienações	(402)	(251)	(7.483)	(452)	(468)	(447)	(1.611)	-	(11.114)
Transferências	737	80.527	28.823	9	136	79	(110.186)	-	125
Variação cambial	(536)	(2.535)	(1.358)	(194)	(285)	(431)	-	-	(5.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	27.055	172.743	193.973	8.626	2.729	20.259	2.717	3.389	431.491
Adições	-	-	16.344	225	430	2.506	16.300	(2.552)	33.253
Alienações	(515)	(1.311)	(2.885)	(330)	(120)	(1.365)	(55)	-	(6.581)
Transferências	-	4.493	5.948	4	(460)	980	(10.965)	-	-
Variação cambial	(207)	(1.068)	(1.254)	(136)	410	(404)	-	-	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.333	174.857	212.126	8.389	2.989	21.976	7.997	837	455.504
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	25.798	93.764	5.927	2.588	10.982	-	-	139.059
Depreciação	-	4.748	12.222	274	21	2.353	-	-	19.618
Alienação	-	(34)	(6.148)	(156)	(342)	(386)	-	-	(7.066)
Transferências	-	2	100	-	23	-	-	-	125
Variação cambial	-	(160)	(723)	(179)	(206)	(338)	-	-	(1.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	30.354	99.215	5.866	2.084	12.611	-	-	150.130
Depreciação	-	7.356	11.788	464	321	2.506	-	-	22.435
Alienação	-	(548)	(2.305)	(324)	(113)	(1.354)	-	-	(4.644)
Transferências	-	-	93	3	(84)	(12)	-	-	-
Variação cambial	-	(288)	(583)	(131)	(58)	(375)	-	-	(1.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	36.874	108.208	5.878	2.150	13.376	-	-	166.486
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2009	27.255	69.119	69.543	3.232	739	7.447	72.983	3.787	254.105
Saldo em 31 de dezembro de 2009	27.055	142.389	94.758	2.760	645	7.648	2.717	3.389	281.361
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.333	137.983	103.918	2.511	839	8.600	7.997	837	289.018

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31 de dezembro de 2010 havia R\$ 58.404 (R\$ 51.226 em 31 de dezembro de 2009) em bens gravados em garantia, representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos.

A Companhia capitalizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 encargos financeiros no montante de R\$ 56 (R\$ 2.148 em 31 de dezembro de 2009), apropriados na rubrica “Obras em andamento”.

c) Taxas de depreciação

A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	<u>Taxa de depreciação - %</u>
Prédios	4
Máquinas e equipamentos	10 a 15
Móveis e utensílios	10
Tecnologia da informação	20
Veículos	20
Pátios	10

## 12. FINANCIAMENTOS

	Circulante		Não circulante		Vencimento	Amortização do principal	2009	Garantia
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09			Encargos financeiros	
Financiamentos de exportação - US\$	-	1.192	-	-	11/02/2010	Semestral	LIBOR + 0,8% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
Financiamentos de exportação - R\$	355	320	75.703	58.260	15/08/2012 e 15/12/2012	Parcela única	4,5% ao ano	Nota promissória
Imobilizado - moeda nacional	17.413	12.983	125.176	136.581	15/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,3% a 2% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	4.395	5.672	10.917	11.033	15/01/2020	Mensal	TJLP a 12,5% ao ano + Juros de 1,3% ao ano, pagos mensalmente com a amortização do principal	Alienação fiduciária da máquina financiada/aval/nota promissória
Saques refinanciados - moeda nacional e outros	1.207	2.829	655	966	15/06/2012	Mensal	LIBOR + 1% de “spread”	Contrato de prenda do cliente
Controladora	23.370	22.996	212.451	206.840				
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$	48	46	21	72	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - capital de giro - Libra esterlina	1.509	2.496	143	211	30/11/2012	Semestral	LIBOR + Juros de 1,65% ao ano	Ativo imobilizado
Consolidado	24.927	25.538	212.615	207.123				

A Companhia ofereceu ao BNDES como garantia na contratação de financiamentos máquinas e equipamentos conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2012	109.839	110.003
2013	32.560	32.560
2014	24.667	24.667
2015	17.721	17.721
2016 e após	<u>27.664</u>	<u>27.664</u>
Total	<u>212.451</u>	<u>212.615</u>

Em 13 de abril de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 25.500, registrados na rubrica “Imobilizado - moeda nacional”. A liquidação ocorrerá em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em maio de 2011. Os juros contratados desse financiamento são de 1,36% acima da TJLP, com vencimentos trimestrais, de julho de 2009 a maio de 2011, e mensais a partir desta data. A Companhia está obrigada a manter os índices financeiros a seguir descritos, os quais serão calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes. Caso contrário, deverá oferecer garantias reais no valor de 130% do saldo devedor ao BNDES. Os índices a serem mantidos são: (a) índice de capitalização, em que a divisão do patrimônio líquido consolidado pelo ativo total consolidado deverá ser igual ou maior que 0,35; e (b) índice de distribuição de resultados, em que a divisão dos dividendos somados aos juros sobre o capital próprio pelo lucro líquido consolidado deverá ser igual ou menor que 0,40. A Companhia encontrava-se adimplente em relação aos índices financeiros.

Em 12 de novembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 82.549, registrados na rubrica “Imobilizado - moeda nacional”. A liquidação ocorrerá em 72 parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em dezembro de 2011. Os juros contratados desse financiamento são de 1,63% ao ano acima da TJLP, com vencimentos trimestrais de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011, e mensais a partir dessa data. A garantia do empréstimo dar-se-á por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados. A Companhia também obriga-se a manter índices financeiros, como segue: (a) índice de capitalização, em que a divisão do patrimônio líquido consolidado pelo ativo total consolidado deverá ser igual ou maior que 0,35; e (b) índice de distribuição de resultados, em que a divisão dos dividendos somados aos juros sobre o capital próprio pelo lucro líquido consolidado deverá ser igual ou menor que 0,40. A Companhia encontrava-se adimplente em relação aos índices financeiros.

Em 16 de julho de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento vinculado ao Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI, referente a contrato de exportação. O valor total do crédito é de R\$ 58.260, integralmente liberado à Companhia em outubro de 2009 e registrados na rubrica “Financiamentos de exportação”. A liquidação ocorrerá em parcela única com vencimento em 15 de agosto de 2012. A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente a US\$ 30.000 mil. Os juros contratados desse financiamento são prefixados à taxa de 4,5% ao ano e são pagos trimestralmente, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 16 de novembro de 2009. A garantia do empréstimo é efetuada por nota promissória assinada pela Companhia. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.

Em março de 2010 a Companhia firmou contrato de financiamento vinculado ao Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI, referente a contrato de exportação. O valor total do crédito é de R\$ 17.743. A liquidação ocorrerá em parcela única a vencer em 15 de dezembro de 2012. A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente a US\$ 10.000 mil. Os juros contratados desse financiamento são prefixados à taxa de 4,5% ao ano e são pagos trimestralmente sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de março de 2010. A garantia do empréstimo é efetuada por nota promissória assinada pela Companhia. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.



## 13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Circulante	303.579	284.390
Não circulante	454.304	405.967

Os contratos de financiamento FINAME Fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com a rubrica “Valores a Receber - repasse FINAME Fabricante” (vide nota explicativa nº 6), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados, e os recebimentos mensais são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação.

Os financiamentos FINAME Fabricante obtidos e repassados aos clientes têm prazos de até 60 meses, com opção de carência de até 12 meses e os seguintes juros: (a) entre 4,0% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJLP; (b) 4,5% ao ano prefixado, conforme Circular nº 79, de 10 de julho de 2009, para as operações efetuadas entre 27 de julho de 2009 e 30 de junho de 2010; e (c) 5,5% ao ano, prefixado, conforme Circular nº 27 de 27 de maio de 2010, para as operações efetuadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011. Tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos da rubrica “Financiamentos - FINAME Fabricante” e, conseqüentemente, os da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante” em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$ 101.106 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 129.535 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME Fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado, são como segue:

	<u>Controlador e consolidado</u>
2012	231.624
2013	160.115
2014	61.680
2015	<u>885</u>
Total	<u>454.304</u>

## 14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Salários a pagar	4.725	3.604
Provisão para férias e encargos	11.619	9.287
Encargos sociais	7.386	6.196
Provisão para participação nos resultados (Lei nº 10.101/00)	<u>9.316</u>	<u>1.105</u>
Total - controladora	33.046	20.192
Salários a pagar, encargos e provisões de empresas controladas	<u>3.376</u>	<u>2.210</u>
Total - consolidado	<u>36.422</u>	<u>22.402</u>

A participação nos resultados foi registrada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 nas rubricas “Custo dos produtos e serviços vendidos”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Circulante:				
COFINS	3.043	3.197	3.077	3.234
PIS	661	694	668	702
ICMS	3.279	3.483	3.279	3.483
Imposto de renda e contribuição social	2.501	1.364	3.147	1.799
Outros impostos e contribuições	<u>499</u>	<u>492</u>	<u>1.134</u>	<u>1.041</u>
Total	<u>9.983</u>	<u>9.230</u>	<u>11.305</u>	<u>10.259</u>
Não circulante:				
Crédito de contribuição social sobre depreciação	<u>4.721</u>	<u>3.642</u>	<u>4.721</u>	<u>3.642</u>

O saldo da rubrica “Impostos e contribuições a recolher” registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado, tem os vencimentos demonstrados a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
2012	1.608
2013	1.234
2014	840
2015	956
2016 e após	<u>83</u>
Total	<u>4.721</u>

## 16. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos			Controladora e consolidado	
	valores em 31 de dezembro de 2010			Provisão registrada	
	<u>Remota</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Fiscais	401	4.110	26.409	26.409	18.573
Cíveis	1.526	1.480	379	379	312
Trabalhistas	<u>8.554</u>	<u>1.486</u>	<u>1.386</u>	<u>1.386</u>	<u>2.284</u>
Total	<u>10.481</u>	<u>7.076</u>	<u>28.174</u>	<u>28.174</u>	<u>21.169</u>
Passivo circulante				1.745	846
Passivo não circulante				26.429	20.323

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Administração registrou provisão, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado				<u>31/12/10</u>
	<u>31/12/09</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações/ reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Fiscais	18.573	7.664	-	172	26.409
Cíveis	312	146	(114)	35	379
Trabalhistas	<u>2.284</u>	<u>723</u>	<u>(1.829)</u>	<u>208</u>	<u>1.386</u>
	<u>21.169</u>	<u>8.533</u>	<u>(1.943)</u>	<u>415</u>	<u>28.174</u>

Nas controladas não há processos em andamento nem riscos contingenciais a considerar, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2010, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue:

## a) Processos fiscais

Correspondem à provisão para PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 4.401 (R\$ 3.223 em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 20.273 (R\$ 14.844 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente, para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$ 1.710 (R\$ 506 em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 25 referentes a imposto de renda retido na fonte por órgão governamental, compensado na declaração de imposto de renda, mas indeferido pela autoridade fiscal. A Companhia está depositando judicialmente o PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas, cujo montante em 31 de dezembro de 2010, totalizava R\$ 26.466 (R\$ 17.999 em 31 de dezembro de 2009).

b) Processos cíveis

Referem-se a pedidos judiciais de revisões contratuais.

c) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS anterior às aposentadorias; (iii) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos Planos Verão e Collor; e (iv) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é representado por 74.757.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens.

### Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou R\$ 3.396 (R\$ 605 em 31 de dezembro de 2009).

### Juros sobre o capital próprio

Em 2010 a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 37.378 (R\$ 9.718 em 31 de dezembro de 2009) com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 4.224 (R\$ 1.109 em 31 de dezembro de 2009). Os juros compõem os dividendos de cada um dos exercícios apresentados.

Durante o ano 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos juros sobre o capital próprio durante o ano 2010 está apresentada a seguir.

<u>Evento - data</u>	<u>Valor</u>		<u>Valor bruto por ação - R\$</u>	<u>Data de pagamento</u>
	<u>Líquido do IRRF</u>	<u>Bruto</u>		
RCA - 16/03/2010	7.956	8.971	0,12	20/04/2010
RCA - 08/06/2010	7.956	8.971	0,12	20/07/2010
RCA - 14/09/2010	7.952	8.971	0,12	18/10/2010
RCA - 07/12/2010	<u>9.292</u>	<u>10.466</u>	<u>0,14</u>	21/01/2011
Soma	<u>33.154</u>	<u>37.379</u>	<u>0,50</u>	

Durante o ano 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos juros sobre o capital próprio durante o ano 2009 está apresentada a seguir.

<u>Evento - data</u>	<u>Valor</u>		<u>Valor Bruto por ação - R\$</u>	<u>Data de pagamento</u>
	<u>Líquido do IRRF</u>	<u>Bruto</u>		
RCA - 08/12/2009	8.609	9.718	0,13	19/01/2010

### Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembléia Geral Ordinária, é conforme segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	67.929	11.882
(-) Constituição de reserva legal	<u>(3.396)</u>	<u>(605)</u>
Lucro passível de distribuição	64.533	11.277
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	<u>(25.721)</u>	<u>(3.794)</u>
Constituição de reserva de lucros	<u>38.812</u>	<u>7.483</u>
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente	25.721	3.794
Juros sobre o capital próprio referente à reserva de lucros de exercícios anteriores	<u>11.657</u>	<u>5.924</u>
	<u>37.378</u>	<u>9.718</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	33.155	8.609

A proposição acima demonstrada será ratificada na Assembléia Geral Ordinária, em 15 de março de 2011.

### Lucro por ação

#### a) Movimentação do número de ações

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Ações em 31 de dezembro de 2008	78.557.547	78.557.547
Ações em 31 de dezembro de 2009 e 2010	74.757.547	74.757.547

#### b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, em 6 de agosto de 2010. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação, básico e diluído:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Lucro líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas da controladora	67.929	11.882
Média ponderada das ações emitidas (em milhares)	74.758	74.671
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,909	0,159

### Reserva de lucros

O saldo da rubrica “Reserva de lucros” refere-se ao montante de lucros acumulados que serão utilizados para suprir as necessidades de capital de giro e possibilitar os investimentos destinados ao aumento e à modernização da capacidade produtiva, a introdução de novos produtos e os investimentos em controladas, conforme plano de investimentos aprovado pelos órgãos da Administração a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária.

### Aquisição de ações de emissão própria

O Conselho de Administração, na reunião realizada em 21 de outubro de 2008, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Programa”), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu estatuto social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes.

O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os seus acionistas, através da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital.

Tendo sido completada a quantidade prevista, em 4 de março de 2009, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa. Durante a sua vigência, a Companhia adquiriu 3.800.000 ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R\$ 25.760 (R\$ 10.194 durante o ano 2009), sendo o valor médio por ação de R\$ 6,77. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 7 de abril de 2009, foi aprovado o cancelamento dessas referidas ações. Com o cancelamento, o número total de ações ordinárias passou a ser de 74.757.547.

### Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de suas controladas que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda da controladora. Na demonstração do patrimônio líquido, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente, esse valor é alocado a “Outros resultados abrangentes”.

Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

## 18. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Honorários e encargos	6.645	6.402
Participação nos resultados	2.513	447
Plano de previdência privada	434	798
Assistência médica	<u>84</u>	<u>106</u>
Controladora	9.676	7.753
Honorários e encargos das empresas controladas	<u>133</u>	<u>96</u>
Consolidado	<u>9.809</u>	<u>7.849</u>

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. O valor proposto a título de participação nos resultados está sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá em 16 de março de 2011.

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada Rominor cujos imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir é apresentada a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	78.068	11.219	81.148	14.536
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(26.543)	(3.814)	(27.590)	(4.942)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	(631)	(1.732)	-	-
Juros sobre o capital próprio	12.709	3.304	12.709	3.304
Participação de administradores	(855)	(152)	(855)	(152)
Outras exclusões, líquidas (*)	<u>5.181</u>	<u>3.057</u>	<u>3.338</u>	<u>62</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>(10.139)</u>	<u>663</u>	<u>(12.398)</u>	<u>(1.728)</u>

(\*) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados, pelo benefício referente à inovação tecnológica gozado pela Companhia e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior.

a) Composição de despesas e créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/10		31/12/09	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Correntes (item "a")	(14.517)	(16.776)	(2.224)	(4.615)
Diferidos (item "c")	<u>4.378</u>	<u>4.378</u>	<u>2.887</u>	<u>2.887</u>
Total	<u>(10.139)</u>	<u>(12.398)</u>	<u>663</u>	<u>(1.728)</u>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/10				31/12/09			
	Diferenças Temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoque - provisão para realização	17.634	4.402	1.587	5.989	20.242	5.051	1.822	6.873
Reintegração de máquinas	11.110	2.773	1.000	3.773	4.053	1.011	365	1.376
Investimentos	602	150	54	204	555	139	50	189
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	2.364	590	213	803	544	136	49	185
Provisão para passivos eventuais e outras	28.174	7.034	315	7.349	21.169	5.282	279	5.561
Comissões condicionadas	144	36	13	49	117	29	11	40
Participação dos administradores	2.590	-	233	233	1.347	-	121	121
Outras diferenças ativas temporárias	<u>4.698</u>	<u>1.173</u>	<u>423</u>	<u>1.596</u>	<u>4.132</u>	<u>1.031</u>	<u>371</u>	<u>1.402</u>
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	<u>67.316</u>	<u>16.158</u>	<u>3.838</u>	<u>19.996</u>	<u>52.159</u>	<u>12.679</u>	<u>3.068</u>	<u>15.747</u>
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.199	1.050	354	1.404	4.199	1.050	354	1.404
Outras diferenças passivas temporárias	-	-	-	-	<u>381</u>	<u>95</u>	<u>34</u>	<u>129</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo - controladora	4.199	1.050	354	1.404	4.580	1.145	388	1.533
Baixa do deságio na aquisição de controlada	<u>17.416</u>	<u>1.567</u>	<u>4.354</u>	<u>5.921</u>	<u>19.316</u>	<u>4.781</u>	<u>1.762</u>	<u>6.543</u>
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	<u>21.615</u>	<u>2.617</u>	<u>4.708</u>	<u>7.325</u>	<u>23.896</u>	<u>5.926</u>	<u>2.150</u>	<u>8.076</u>



- (i) O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Sandretto Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2010, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2010		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2012	5.117	2.079	7.196
2013	2.783	1.003	3.786
2014	1.418	511	1.929
2015	<u>6.840</u>	<u>245</u>	<u>7.085</u>
Total	<u>16.158</u>	<u>3.838</u>	<u>19.996</u>

c) Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>Saldo em 31/12/09</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>Saldo em 31/12/10</u>
Estoques - provisão para realização	6.873	(884)	5.989
Reintegração de máquinas	1.376	2.397	3.773
Investimentos	189	15	204
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	185	618	803
Outras diferenças temporárias	1.273	323	1.596
Comissões condicionadas	40	9	49
Provisão para passivos eventuais	5.561	1.788	7.349
Participação dos administradores	<u>121</u>	<u>112</u>	<u>233</u>
Imposto de renda e contribuição social ativos	<u>15.618</u>	<u>4.378</u>	<u>19.996</u>

## 20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.161 (R\$ 3.339 em 31 de dezembro de 2009). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 nas rubricas “Custo dos produtos e serviços vendidos”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

## 21. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2010, com vigência até dezembro de 2011, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

<u>Cobertura</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo:	
Edificações	126.635
Máquinas e equipamentos	231.553
Estoques	227.447

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

### a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa: Reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado;

- Duplicatas e valores a receber de clientes: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 5 e nº 6;
- Financiamentos e financiamento - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de aquisições em controladas e partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “hedge” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas nos Estados Unidos da América e na Europa.

Risco de crédito: advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentadas nas notas explicativas nº12 e nº 13.

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), com base em práticas internas e “benchmarking”.

Análise sensível de variações na moeda estrangeira (“foreign currency sensitivity analysis”)

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização ocasionariam nos percentuais estão apresentados a seguir:

	<u>Receita ou despesa</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo líquido ativo em moeda estrangeira, convertido para reais	11.847	11.615
Valorização ou desvalorização - 10%	1.185	1.162
Valorização ou desvalorização - 25%	2.962	2.904
Valorização ou desvalorização - 50%	5.924	5.808

Adicionalmente, a Companhia possui ativos, classificados como caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 4), que embora possuam seus impactos registrados diretamente na conta de “Efeito de conversão para moeda estrangeira”, no patrimônio líquido, estão sujeitas a variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização estão apresentados a seguir:

	<u>Patrimônio líquido</u> <u>2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, convertido para reais	154.838
Valorização ou desvalorização - 10%	15.484
Valorização ou desvalorização - 25%	38.710
Valorização ou desvalorização - 50%	77.419

#### Análise sensitiva de variações na taxa de juros (“interest rate sensitivity analysis”)

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. Os efeitos da redução ou do aumento das receitas financeiras estão demonstrados a seguir:

<u>Percentual de aumento ou</u> <u>redução nas taxas de juros</u>	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>
10%	785	(785)	530	(530)
25%	4.205	(4.205)	3.566	(3.566)
50%	9.905	(9.905)	8.626	(8.626)

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

#### c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	246.935	225.913	246.935	225.913
Duplicatas a receber - circulante	79.413	75.935	79.413	75.935
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante	358.886	342.155	358.886	342.155
Duplicatas a receber - não circulante	14.544	4.468	14.544	4.468
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante - não circulante	500.103	477.737	500.103	477.737
Depósitos judiciais	24.466	17.999	24.466	17.999

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos - circulante	24.927	25.538	24.927	25.538
Financiamentos - FINAME fabricante - circulante	303.579	284.390	303.579	284.390
Financiamentos - FINAME fabricante - não circulante	454.304	405.967	454.304	405.967
Fornecedores - circulante	48.323	32.926	48.323	32.926
Outras contas a pagar - circulante	5.842	12.504	5.842	12.504
Financiamentos - não circulante	212.615	207.123	212.615	207.123
Outras contas a pagar - não circulante	3.725	2.935	3.725	2.935

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos ativos e passivos financeiros foi o fluxo de caixa descontado com a taxa referencial ANBID, considerando as expectativas de liquidação ou realização dos passivos e ativos e taxas de mercado vigentes nas datas de corte das informações.

## 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

Para gerenciar seu negócio, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são a base na qual a Companhia reporta as suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos e produtos são: máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e fundidos e usinados. As informações por segmento dessas unidades estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/10</u>				<u>Consolidado</u>
	<u>Máquinas-ferramenta</u>	<u>Máquinas para plásticos</u>	<u>Fundidos e usinados</u>	<u>Eliminações entre segmentos e outros</u>	
Receita operacional líquida	427.104	179.413	67.012	-	673.529
Custo dos produtos e serviços vendidos	(239.349)	(95.277)	(96.150)	-	(430.776)
Transferências remetidas	19.166	-	39.453	(58.619)	-
Transferências recebidas	<u>(24.682)</u>	<u>(25.643)</u>	<u>(8.294)</u>	<u>58.619</u>	<u>-</u>
Lucro bruto	182.239	58.493	2.021	-	242.753
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(40.448)	(19.904)	(2.335)	-	(62.687)
Gerais e administrativas	(42.371)	(22.457)	(4.340)	-	(69.168)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.980)	(7.858)	-	-	(24.838)
Honorários da administração	(6.781)	(2.249)	(779)	-	(9.809)
Tributárias	(1.079)	(627)	(123)	-	(1.829)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1.989</u>	<u>490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.479</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	<u>76.569</u>	<u>5.888</u>	<u>(5.556)</u>	<u>-</u>	<u>76.901</u>
Estoques	179.679	66.757	17.024	-	263.460
Depreciação e amortização	14.066	3.132	6.843	-	24.041
Imobilizado, líquido	165.262	11.765	111.991	-	289.018
Intangível	2.702	2.631	-	-	5.333
Ágio	-	2.017	-	-	2.017
	<u>Europa</u>	<u>América do Norte</u>	<u>América Latina</u>	<u>África e Ásia</u>	<u>Total</u>
Receita operacional líquida por região geográfica	38.391	14.144	619.647	1.347	673.529

	31/12/09				
	Máquinas- ferramenta	Máquinas para plásticos	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Consolidado
Receita operacional líquida	310.672	119.859	44.903	-	475.434
Custo dos produtos e serviços vendidos	(192.365)	(72.691)	(63.082)	-	(328.138)
Transferências remetidas	12.506	-	17.558	(30.064)	-
Transferências recebidas	(12.435)	(12.086)	(5.543)	30.064	-
Lucro (prejuízo) bruto	118.378	35.082	(6.164)	-	147.296
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(35.430)	(16.899)	(2.895)	-	(55.224)
Gerais e administrativas	(33.122)	(21.201)	(3.185)	-	(57.508)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.927)	(5.795)	-	-	(22.722)
Honorários da administração	(5.535)	(1.848)	(466)	-	(7.849)
Tributárias	(1.119)	(532)	(112)	-	(1.763)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.784	167	-	-	6.951
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	<u>33.029</u>	<u>(11.026)</u>	<u>(12.822)</u>	<u>-</u>	<u>9.181</u>
Estoques	160.715	67.469	15.467	-	243.651
Depreciação e amortização	13.636	2.002	3.980	-	19.618
Imobilizado, líquido	160.204	12.915	108.242	-	281.361
Intangível	-	3.658	-	-	3.658
Ágio	-	2.017	-	-	2.017
	<u>Europa</u>	<u>América do Norte</u>	<u>América Latina</u>	<u>África e Ásia</u>	<u>Total</u>
Receita operacional líquida por região geográfica	39.461	17.116	418.382	475	475.434

## 24. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 1º de maio de 2007 a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a concessionária Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao Grupo Endesa, para o exercício de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, no regime de consumidor livre, sendo o contrato reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e valores distribuídos nos seguintes exercícios:

<u>Ano de fornecimento</u>	<u>Valor</u>
2011	9.531
2012	13.244
2013	<u>13.244</u>
Total	<u>36.019</u>

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

## 25. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Depreciação e amortização	23.313	18.895	24.041	19.950
Despesas com pessoal	177.836	166.620	202.319	191.235
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	284.408	198.632	297.739	210.721
Fretes	10.653	7.952	11.901	8.893
Outras despesas	<u>51.243</u>	<u>30.061</u>	<u>63.107</u>	<u>42.405</u>
Total	<u>547.453</u>	<u>422.160</u>	<u>599.107</u>	<u>473.204</u>
Classificado como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	399.878	301.910	430.776	328.138
Despesas com vendas	56.455	49.712	62.687	55.224
Despesas gerais e administrativas	56.422	40.245	69.168	57.508
Pesquisa e desenvolvimento	23.489	21.088	24.838	22.722
Participação e honorários da Administração	9.676	7.753	9.809	7.849
Despesas Tributárias	<u>1.533</u>	<u>1.452</u>	<u>1.829</u>	<u>1.763</u>
Total	<u>547.453</u>	<u>422.160</u>	<u>599.107</u>	<u>473.204</u>

## 26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	5.239	8.358	7.808	10.819
Juros de duplicatas a receber	9.691	7.992	9.460	7.387
Juros de impostos a recuperar (a)	<u>8.782</u>	<u>-</u>	<u>8.782</u>	<u>-</u>
Total	<u>23.712</u>	<u>16.350</u>	<u>26.050</u>	<u>18.206</u>
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(15.518)	(6.252)	(15.631)	(6.739)
Outras	<u>(889)</u>	<u>-</u>	<u>(889)</u>	<u>-</u>
	<u>(16.407)</u>	<u>(6.252)</u>	<u>(16.520)</u>	<u>(6.739)</u>

- a) Trata-se de ação judicial que visava à restituição da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e administradores no período de outubro de 1989 a julho de 1994. Após o trânsito em julgado e a renúncia à execução judicial do acórdão, em março de 2010 a Companhia efetuou pedido de habilitação de crédito junto com a Receita Federal do Brasil, que foi deferido em junho de 2010. Esses valores foram integralmente compensados com as contribuições previdenciárias geradas em 2010.



## 27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Resultado da venda de ativos (*)	1.970	6.493	2.479	6.951
Provisão para passivo a descoberto de controlada	<u>(514)</u>	<u>(2.665)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.456</u>	<u>3.828</u>	<u>2.479</u>	<u>6.951</u>

(\*) Em 2009, refere-se basicamente à venda dos ativos imobilizados, tecnologia, propriedade intelectual e industrial da unidade de negócio de ferramentas de alta precisão denominado Romicon. Outras informações podem ser obtidas no fato relevante disponibilizado em 7 de maio de 2009.

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 8 de fevereiro de 2011.